

E-Protocolo nº 18.717.188-1  
Informação Jurídica nº 147/2022

Cuida-se de recurso administrativo interposto pela licitante Solar do Bosque – SPE face sua inabilitação no certame que decorre do descumprimento dos itens 9.1 “c” e “d” do Edital.

Primordialmente, destaca-se que a Comissão de Licitação acolheu parcialmente as razões recursais aduzidas pelo recorrente, declarando cumprido o item 9.1 letra “d” do Edital.

Portanto, visando a celeridade processual, restringe-se a presente manifestação à inabilitação resultante do descumprimento do item 9.1 “c” (projeto implantação aprovado pela prefeitura).

Do que se depreende do memorando nº 149/DELI/2022 (mov. 127), durante a **primeira análise técnica**, constatou-se, dentre outros, a ausência do projeto de implantação das unidades habitacionais devidamente aprovado pelo Município (nota técnica nº 153/DVIP-DEPG/2022- mov. 31).

1/6

Do resultado, em 29/03/2022 a Comissão de Licitação **oportunizou a complementação**, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias, ou seja, **ATÉ** 13/04/2022.

Em 06/04/2022 (oitavo dia), a recorrente apresentou novos documentos, deixando de atender ao exigido pelo item 9.1 “c” do Edital, motivo por que, em **segunda análise técnica**, a insurgente foi inabilitada:

EDITAL: ITEM 9 – HABILITAÇÃO TÉCNICA					
DOCUMENTO	ITEM DO EDITAL	APRESENTADO (SIM; SIM, MAS NÃO ATENDEU; NÃO)	FLS	MOV.	VALIDADE / LIMITE
DECLARAÇÃO CAIXA – CONCLUSÃO ANÁLISE DE ENGENHARIA	9.1.a.	SIM	76	21	NÃO SE APLICA
DECLARAÇÃO CAIXA – CONCLUSÃO ANÁLISE DE RISCO	9.1.a.	SIM	76	21	NÃO SE APLICA
DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DÉBITOS - COHAPAR	9.1.b.	SIM	170-171	47-48	05/05/2022
PROJETO IMPLANTAÇÃO – APROVADO PELA PREFEITURA	9.1.c.	<b>SIM, MAS NÃO ATENDEU</b>	<b>172-179</b>	<b>49-56</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>

E-Protocolo nº 18.717.188-1  
Informação Jurídica nº 147/2022

Em 13/04/2022, após ter sido notificada da decisão de inabilitação e já concedido prazo recursal, a recorrente **fez novo protocolo de documentos**. Em continuidade, em 25/04/2022, apresentou recurso administrativo face à inabilitação.

**Ressalte-se, a recorrente apresentou projeto desconforme em duas oportunidades e somente após ter sido notificada da inabilitação, cumpriu o determinado pelo Edital (cuja data de aprovação pelo Município retroage a 2019).**

Em seu apelo, a recorrente sustenta que a despeito da complementação já realizada, teria direito a integralidade do prazo originário concedido pela Comissão para novos protocolos. Em outro giro, sustentou que a jurisprudência admite a complementação, inclusive em sede recursal, o que o faz em juízo de proporcionalidade e razoabilidade, visando afastar o formalismo exacerbado.

A comissão de Licitação, forte no princípio da isonomia e legalidade, manteve sua deliberação anterior, pela inabilitação.

Razão não assiste ao apelo.

Não se olvida que a jurisprudência pátria admite, como exceção, a apresentação de documentos durante a fase de julgamento das propostas, quando relativa à comprovação de situação já existente no momento da abertura da sessão.

A calhar, jurisprudência transcrita pelo recorrente:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE PROPONENTE. DOCUMENTO DECLARATÓRIO SEM AUTENTICAÇÃO. POSTERIOR APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO. FORMALISMO EXACERBADO QUE NÃO PODE ACARRETAR A INABILITAÇÃO DO LICITANTE. (TJSC, Apelação Cível nº 2014.075789-6, Rel. Des. Sergio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 20-10-2015).

E-Protocolo nº 18.717.188-1  
Informação Jurídica nº 147/2022

Ora, há diferenças essenciais entre o caso em apreço e as hipóteses que nortearam os julgados mencionados, como adiante se verá:

A decisão judicial transcrita que sustenta as razões do recorrente, refere-se à apresentação e documentos em “**concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa**”.

O entendimento do TCU é semelhante:

PEDIDO DE CAUTELAR. **PREGÃO ELETRÔNICO**. SERVIÇOS [...] INABILITAÇÃO INDEVIDA POR FALHAS DE FÁCIL CORREÇÃO. AUSÊNCIA DE CONVOCAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA À DESCLASSIFICAÇÃO[...] REPRESENTAÇÃO PROCEDENTE.

[...]

Na falta de documento relativo à fase de habilitação **em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente o simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha**, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º *caput* da lei nº 9.784/1999 (TCU, Acórdão nº 988/2022 – Plenário)

Colhe-se do deliberação, a seguinte passagem: “Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, **a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta**, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)” .1

1 o exposto é harmônico com diversas e recentes deliberações do Plenário desta Corte (Acórdãos 2.673/2021, relator Ministro Jorge Oliveira, 2.528/2021, relator Ministro Raimundo Carreiro, 1.636/2021, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman, e 1.211/2021, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, todos do Plenário)

E-Protocolo nº **18.717.188-1**  
Informação Jurídica nº 147/2022

Como se vê, da análise dos julgados há um conjunto de elementos que, quando presente, autorizam a complementação extemporânea de documentos:

- 1 – existência de concorrência entre os licitantes que se reflete na vantajosidade para a administração;
- 2 – falha relativa a documento que represente fato preexistente ou simples compromisso por ele firmado, que não altere a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica;
- 3 - ausência de oportunidade de complementação documental concedida pelo pregoeiro, mediante decisão fundamentada;
- 4 – previsão editalícia clara sobre a possibilidade de juntada de novos documentos, o que, nas palavras de José Anacleto Abduch refere-se à “*institucionalização da decisão*”.

Com efeito, não se está diante de uma concorrência em seu sentido amplo, ou seja aquela que produz a maior vantajosidade para a Estatal, mas sim de um chamamento público aos interessados em ofertar projetos habitacionais com redução do preço das unidades decorrente da subvenção estadual direta ao destinatários finais, até o limite do disponível para o programa habitacional.

O critério de seleção estabelecido é **temporal**, ou seja, a ordem de protocolo dos documentos de habilitação que atendam às exigências editalícias.

Confira-se o disposto no Edital:

11.1. Entre as EMPRESAS que manifestarem interesse nos termos deste CHAMAMENTO PÚBLICO, será selecionada para firmar TERMO DE AJUSTE com a COHAPAR, aquela que apresentar todos os documentos de habilitação jurídica, fiscal e técnica, atendendo todas as exigências e demais critérios deste edital.

E-Protocolo nº 18.717.188-1  
Informação Jurídica nº 147/2022

Não há vantagem financeira ou técnica a ser perseguida pela administração. Não há remuneração do particular ou da Cohapar. O valor da subvenção destina-se aos beneficiários finais, de igual valor para igual faixa de renda.

**E o próprio edital prevê a complementação dos documentos em duas hipóteses:** após a análise inicial ou após inabilitação definitiva, agora em novo protocolo:

11.3. A análise da documentação consistirá na verificação do atendimento de todas as condições estabelecidas neste edital, sendo inabilitados os proponentes que não apresentarem todos os documentos exigidos ou que os apresentarem com irregularidades ou em desacordo com o estabelecido.

11.4. **A COHAPAR poderá solicitar ajustes e complementação da documentação, devendo a EMPRESA atender a solicitação em até 15 (quinze) dias**, prorrogáveis por igual período, a critério da COHAPAR. No caso de não atendimento da solicitação, a EMPRESA será inabilitada e formalmente comunicada da impossibilidade de continuidade do processo.

[...]

11.6. O proponente inabilitado ou que não tenha atendido todas as condições estabelecidas neste edital **podrá complementar os documentos faltantes ou em desacordo com o edital, mediante novo protocolo, contudo, a análise e julgamento pela Comissão obedecerá a ordem sequencial de processos protocolados antes da data da complementação.**

Ademais, quando da complementação ocorrida em 06/04/2022, a recorrente apresentou **todos os documentos solicitados**, desacompanhada de pedido de prorrogação ou eventual ressalva, restando evidente, pois, a preclusão consumativa.

Destaca-se que, oportunizada a complementação, o projeto foi apresentado (mov. 45), novamente sem a aprovação do município (ocorrida em 2019).

E-Protocolo nº **18.717.188-1**  
Informação Jurídica nº 147/2022

Com efeito, admitir uma terceira oportunidade ao recorrente afronta os princípios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório, eternizando o procedimento e evidente afronta aos princípios da isonomia e legalidade.

Em conclusão, a inabilitação da recorrente pelo descumprimento da exigência prescrita no item 9.1 “c” do Edital, após oportunizado prazo para complementação, pelas razões acima expostas encerra o não provimento do recurso, juridicamente defensável.

Salienta-se que o presente opinativo toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Esta Superintendência efetua a análise, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade do negócio, bem como dos demais aspectos administrativos, comerciais, econômico-financeiros e técnico-operacionais. Os documentos que instruem os presentes autos são de responsabilidade das áreas requisitante/gestora do processo, presumindo-se terem conduzido seus atos no atendimento do interesse público.

6/6

Curitiba, 30 de maio de 2022.

Petruska Laginski Groth

Advogada I